

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2025

A Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A. - BAC, no exercício de 2025, manteve um desempenho e crescimento sólidos, atingindo a marca de **29 mil** cotas ativas, evidenciando um crescimento de **11%** em relação ao ano anterior, resultados de atuação de forma estratégica no mercado e na experiência e credibilidade da administradora junto a seus clientes, parceiros e fornecedores. O exercício de 2025 foi marcado por desafios e oportunidades igualmente importantes. De um lado, um mercado em crescimento, impulsionado pela procura por crédito mais acessível em contexto de alta taxa de juros no país. De outro, o encerramento de uma parceria com instituição financeira, que respondia por 8% das vendas da Companhia, somada aos impactos de continuidade na aplicação do CPC 47 ao longo de todo o exercício.

A administração preparou-se para esse cenário, com a ampliação da força de vendas via parceiros, de modo a compensar a perda certa de performance de um balcão de vendas importante. Também desen-

hou uma estratégia de vendas com metas para médio e longo prazos e, por fim, com o apoio de consultoria especializada, redesenhou o processo de aplicação contábil do CPC 47 na escrituração de receitas e despesas de consórcio. O objetivo foi garantir a contabilização adequada, assertiva e transparente dos resultados, assegurando a integração entre as visões de caixa e competência. Essas ações permitiram à empresa continuar sua trajetória de crescimento com segurança e confiabilidade. A Bancorbrás Administradora de Consórcios encerrou o exercício de 2025 consolidando um forte crescimento nas vendas, com desempenho superior ao exercício anterior. Foram comercializadas **R\$ 2,41 bilhões** em cartas de crédito, resultado **12,7%** superior ao observado em 2024, com destaque para o segmento de imóveis, com **R\$ 1,9 bilhões** em vendas. A BAC viabilizou a entrega de 2.507 bens e serviços, com valor de crédito de **R\$ 393,8 milhões**, proporcionando aos seus clientes o alcance de seus sonhos e objetivos.

A Cia. alcançou em 2025 um desempenho financeiro que superou as expectativas mais otimistas, com uma receita operacional líquida de **R\$ 93,8 milhões**, representando um crescimento de **7%**, comparado ao ano de 2024, impulsionado pelo aumento na receita com taxa de administração, decorrente dos anos de vendas crescentes. A empresa atingiu EBITDA de **R\$ 23,3 milhões** e margem de **24,9%**, enquanto a eficiência operacional ficou em **48,6%**. Como consequência do contexto apresentado, a BAC obteve um resultado líquido em 2025 de **R\$ 13,7 milhões**, representando uma margem líquida de **14,3%**.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2026

Claudio Roberto Nogueira de Souza Filho
Diretor-Presidente

José Clímério Silva de Souza
Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$(1)	
	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO	142.693.476	81.549.129
CIRCULANTE	51.532.973	79.414.650
Disponibilidades	989	1.749
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	11.324.384	2.251.460
Taxa de administração a receber (nota 05)	17.492.099	390.340
Impostos a recuperar	410.805	1.530.443
Adiantamentos e antecipações salariais	594.674	402.340
Adiantamento aos grupos (nota 06)	7.902.284	20.414.488
Adiantamentos a terceiros	3.868.777	3.769.456
Despesas pagas antecipadamente	705.568	236.780
Comissões diferidas (nota 07)	9.233.393	50.417.594
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	90.931.307	1.675.980
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	1.669.802	1.446.779
Depósitos judiciais	215.018	229.201
Comissões diferidas (nota 07)	89.046.487	-
PERMANENTE	229.196	458.499
Investimentos	-	177.125
Cotas de consórcio	-	177.125
Imobilizado (nota 08)	225.593	277.771
Intangível	3.603	3.603

	R\$(1)	
	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO	142.693.476	81.549.129
CIRCULANTE	43.012.992	51.352.470
Fornecedores de serviços	-	1.119.105
Impostos e contribuições (nota 09)	3.979.367	4.163.031
Obrigações com pessoal (nota 10)	3.072.965	2.273.534
Obrigações com consorciados	16	57
Participação nos lucros e resultados	1.053.939	961.560
Outras obrigações (nota 11)	466.959	958.585
Dividendos	25.725.789	25.219.107
Taxas de administração diferidas (nota 12)	-	8.713.957
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	78.755.641	10.978.078
Provisões para passivos contingentes (nota 13)	509.603	251.969
Partes relacionadas (nota 19 b)	2.618.322	870.127
Taxas de administração diferidas (nota 12)	63.707.069	-
Impostos diferidos (nota 14)	11.920.647	9.855.982
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.924.843	19.218.581
Capital social (nota 15)	15.200.000	15.200.000
Reservas (nota 15)	5.724.843	4.018.581

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	R\$(1)		
	2º Sem/2025	2025	2024
1 - RECEITA OPERACIONAL	63.836.709	120.173.986	127.562.699
Rendas de prestação de serviços	57.943.983	110.932.176	86.834.355
Receitas financeiras	1.037.286	1.635.703	631.770
Outras receitas operacionais	2.160.225	3.914.568	38.437.273
Reversão de provisões operacionais	2.695.215	3.691.539	1.659.301
2 - DESPESAS OPERACIONAIS	(55.720.614)	(105.486.736)	(110.763.625)
Despesas administrativas (nota 17)	(45.837.634)	(86.436.539)	(95.263.007)
Honorários da diretoria	(259.939)	(532.704)	(513.019)
Despesas tributárias (nota 17 c)	(8.931.104)	(17.211.632)	(13.929.958)
Despesas financeiras	(691.937)	(1.305.861)	(1.057.641)
3 - RESULTADO OPERACIONAL	8.116.095	14.687.250	16.799.074
4 - RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.116.095	14.687.250	16.799.074
IMPOSTO DE RENDA	-	-	(219.854)
Contribuição social (nota 18)	-	-	(219.854)
Imposto de renda (nota 18)	-	-	(610.845)
5 - RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	8.116.095	14.687.250	15.968.375
Participações dos administradores	(119.625)	(236.221)	(227.136)
Participações dos empregados	(404.656)	(751.834)	(682.366)
6 - LUCRO DO PERÍODO	7.591.814	13.699.195	15.058.873
7 - QUANTIDADE DE AÇÕES	1.520.000	1.520.000	1.520.000
8 - LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	4,99	9,01	9,91

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

	R\$(1)		
	2º SEM/2025	2025	2024
(+) DISPONIBILIDADES SALDO INICIAL	351.147.961	331.994.847	305.875.984
Aplicações financeiras	351.147.961	331.994.847	305.875.984
(+) RECURSOS COLETADOS	367.532.287	692.760.871	540.129.285
Contribuições para aquisição de bens	266.413.495	503.982.840	380.017.886
Taxa de administração	63.584.182	121.988.306	109.074.152
Contribuições ao fundo de reserva	3.367.386	6.402.760	4.814.358
Rendimentos de aplicações financeiras	23.538.101	42.187.134	28.836.743
Multas e juros moratórios	1.015.515	1.924.989	1.843.278
Custas judiciais	31.576	40.025	41.087
Reembolso de despesas com registro	434.043	770.778	521.229
Outros	9.147.989	15.464.039	14.980.552
(-) RECURSOS UTILIZADOS	329.684.955	635.760.425	514.010.422
Aquisição de bens	241.243.693	464.317.527	362.112.850
Taxa de administração	65.505.869	126.313.954	109.837.213
Multas e juros moratórios	462.959	829.364	787.347
Prêmios de seguros	(2.755)	(2.755)	41.406
Custas judiciais	31.576	40.078	18.965.680
Devolução a consorciados desligados	4.468.330	8.029.657	521.415
Despesas com registro de contrato	438.720	771.988	21.744.511
Outros	17.536.563	35.460.612	-
(+) DISPONIBILIDADES SALDO FINAL	388.995.293	388.995.293	331.994.847
Aplicações financeiras	388.995.293	388.995.293	331.994.847

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	R\$ 1
		LEGAL	AUMENTO DE CAPITAL		
Exercício de 2024					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.200.000	1.171.649	1.520.915	-	17.892.564
Lucro líquido do exercício				15.058.873	15.058.873
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
Transferência para reservas:					
Reserva legal		752.944		(752.944)	-
Dividendos a distribuir				(13.732.856)	(13.732.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.200.000	1.924.593	1.520.915	573.073	19.218.581
Exercício de 2025					
Lucro líquido do exercício				13.699.195	13.699.195
Dividendo adicional				(11.461.475)	(11.461.475)
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
Transferência para reservas:					
Reserva legal		111.886		(111.886)	-
Complemento Reserva legal		573.073		(573.073)	-
Reserva para aumento de capital			1.594.376	(1.594.376)	-
Dividendos a distribuir				(531.458)	(531.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.200.000	2.609.552	3.115.291	-	20.924.843
2º Semestre de 2025					
Saldos em 30 de junho de 2025	15.200.000	2.803.034	1.520.915	5.802.012	25.325.961
Lucro líquido do semestre				7.591.814	7.591.814
Dividendo adicional				(11.461.475)	(11.461.475)
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
Transferência para reservas:					
Reserva legal		111.886		(111.886)	-
Reserva para aumento de capital			1.594.375	(1.594.375)	-
Dividendos a distribuir				(531.457)	(531.457)
Reversão reserva legal		(305.367)		305.367	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15.200.000	2.609.553	3.115.290	-	20.924.843

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$(1)		
	2º SEM/2025	2025	2024
1 - LUCRO LÍQUIDO	7.591.814	13.699.195	15.058.873
Outros resultados abrangentes	-	-	-
2 - RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	7.591.814	13.699.195	15.058.873

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

	R\$(1)	
	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO	13.083.973.458	10.122.221.337
CIRCULANTE	1.233.753.730	1.033.080.508
Disponibilidades	388.995.292	331.994.848
Disponibilidades do grupo	19.807.281	23.713.389
Vinculadas a contemplações	369.170.243	306.491.611
Aplicação grupo em formação	17.768	1.789.848
Outros créditos	844.758.438	701.085.660
Bens retomados ou devolvidos	16.987.545	16.178.790
Direitos junto a consorciados contemplados	827.770.893	684.906.870
COMPENSAÇÃO	11.850.219.728	9.089.140.829
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	26.400.195	20.962.603
Contribuições devidas aos grupos	6.102.390.649	4.699.297.249
Consortiados - bens e serviços a contemplar	5.721.428.884	4.368.880.977
PASSIVO	13.083.973.458	10.122.221.337
CIRCULANTE	1.233.753.729	1.033.080.508
Obrigações com consorciados	534.146.977	424.891.806
Valores a repassar	13.484.017	12.057.189
Obrigações com contemplações a entregar	365.966.406	306.545.701
Obrigações com a Administradora	4.989.628	17.886.701
Recursos a devolver a consorciados	234.738.062	205.492.654
Recursos dos grupos	80.428.639	66.206.457
COMPENSAÇÃO	11.850.219.729	9.089.140.829
Recursos mensais a receber de consorciados	26.400.195	20.962.603
Obrigações dos grupos por contribuições	6.102.390.649	4.699.297.249
Bens e serviços a contemplar	5.721.428.885	4.368.880.977

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2025 E 31/12/2024

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A., Companhia integrante do Grupo Bancorbrás, foi constituída em 18 de julho de 1986, com sede em Brasília (DF), tendo como objeto a constituição e a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis, imóveis, serviços e outros itens permitidos pela legislação e normas aplicáveis.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária aplicável à Companhia e em consonância com normas e instruções do Banco Central do Brasil.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências e para perdas, a depreciação do ativo imobilizado e a amortização do intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade

(CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025, foi autorizada pela Diretoria em 02/02/2026.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. DA



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. No mínimo semestralmente, para a realização do teste de imparidade, a Companhia elabora estudo para apuração de materialidade dos valores envolvidos, segundo critérios definidos pela Administração.

e) Ativo permanente: é registrado ao custo, sendo que as depreciações dos bens do imobilizado são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada, segundo os critérios fiscais.

f) Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

g) As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados decorrentes do curso normal de suas atividades e seja provável que um desembolso de recursos venha a ocorrer para liquidar a obrigação, motivo pelo qual é necessário que haja uma estimativa confiável do valor desse dispêndio.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico 25/2009, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica.

■ Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

■ Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a perspectiva de que recursos financeiros venham a ser exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: **prováveis**, para as quais são constituídas provisões; **possíveis**, divulgadas sem que sejam provisionadas; e **remotas**, que não requerem provisão nem divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social, com base na alíquota de 9%, sobre o lucro tributável anual.

i) Tributos

Calculados às alíquotas demonstradas no quadro a seguir. Considera-se, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

TRIBUTUO	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais não cumulativas	1,65%
COFINS sobre Receitas Operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
COFINS sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

j) Resolução BCB 352/2023

A Resolução 352, emanada do Banco Central do Brasil em 23/11/2023, revogou a Resolução BCB 219, de 30/03/2023, e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem aplicados a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e outras instituições autorizadas a funcionar pela Autarquia.

A nova regulamentação inclui regras sobre procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apurar a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a divulgação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma objetiva convergir conceitos e critérios contábeis, relativos a instrumentos financeiros, aos padrões internacionais, em especial à norma IFRS 9, estabelecendo prazo para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e de apuração de suas provisões.

A Administração da Companhia está adotando providências para o atendimento da norma vigente.

k) Despesas antecipadas

São despesas na contratação de empresas especializadas em tecnologia da informação, para a prestação de serviço de licenças de uso de softwares. A duração da prestação de serviço em cada contrato, pode ser de até 03 anos.

3.2. DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Disponibilidade e aplicações financeiras

Representam recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, mantidos em contas vinculadas para aplicação diária conforme normativos do Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio são efetuadas diariamente em títulos e valores mobiliários. Esses títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor de mercado, gerando diariamente ganhos ou eventualmente perdas líquidas, que são registrados no fundo comum e no fundo de reserva de cada grupo, não incidindo para eles os rendimentos financeiros obtidos sobre as parcelas mensais recebidas dos consorciados.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

São representados por contribuições a receber de consorciados contemplados.

c) Passivo circulante

Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicável.

d) Obrigações com consorciados

Representa os pagamentos realizados pelos consorciados, cuja expressão, em Reais, exigível mensalmente, resulta de percentuais incidentes sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio, vigente na data de realização da assembleia de contemplação, respectiva de cada vencimento de obrigação.

Os percentuais que compõem o valor da parcela mensal de cada cota de consórcio são referentes ao fundo comum (100%) e às taxas pactuadas de fundo de reserva e de taxa de administração, divididas pelo número de meses previstos para a duração do grupo, de forma linear ou não.

e) Recursos dos grupos

Representa os recursos recebidos dos consorciados, referentes a fundo de reserva, rendimentos das aplicações financeiras, multas e juros moratórios recebidos dos grupos e atualizações de direitos e obrigações, em decorrência da variação do preço do bem ou serviço de referência.

f) Recursos coletados

Representa o total arrecadado dos consorciados, incluindo os valores para aquisição do bem ou serviço, para a remuneração da administradora e para a constituição do fundo de reserva.

g) Recursos utilizados

Representa o total utilizado na aquisição de bens e serviços, no pagamento da administradora e na utilização do fundo de reserva, nas finalidades a que se destina.

h) Fundo comum

Representa os recursos recebidos dos consorciados que serão destinados à aquisição do bem ou serviço.

i) Fundo de reserva

O fundo de reserva é constituído pelo recolhimento de percentual da carta de crédito de cada cota de consórcio, como parte específica integrante do pagamento mensal a cargo do consorciado, e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras do próprio fundo. Destina-se, precipuamente, à cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comum, despesas bancárias de responsabilidade exclusiva do grupo, despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais para recuperação de créditos do grupo e, adicionalmente - desde que não comprometida sua utilização para as finalidades precípuas -, para contemplação de cotas com os respectivos créditos.

j) Taxa de administração

A taxa de administração constitui a remuneração da administradora e representa um percentual incidente sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio.

k) Gestão de riscos

A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, orientando em relação a transações além de requerer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a

natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

l) Informações complementares:

Os depósitos bancários e aplicações financeiras representam as disponibilidades para aplicações diárias, conforme as normas do Banco Central do Brasil.

Em relação aos grupos de consórcio administrados pela Companhia, as principais informações complementares são:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Quantidade de grupos em andamento	42	38
Quantidade de cotas ativas	29.017	26.183
Quantidade de desistentes/excluídos/quitados	8.662	7.062
Quantidade de cotas inadimplentes	2.596	2.910
% de inadimplentes (contemplados e não contemplados)	8,72%	10,50%
Quantidade de bens e serviços entregues	2.507	1.988

NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos foram aplicados em diversas modalidades de investimento, em diferentes instituições financeiras, com rentabilidade bruta de 14,06% no exercício de 2025.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31/12/2025	31/12/2024
Letras Financeiras	1.669.802	1.446.779
Fundos de Investimento	11.324.384	2.251.460
TOTAL	12.994.186	3.698.239
Ativo circulante	11.324.384	2.251.460
Ativo não circulante	1.669.802	1.446.779

NOTA 05. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A RECEBER

A taxa de administração a receber corresponde à remuneração da administradora pelos serviços de organização, formação e gestão dos grupos de consórcio. Em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida de forma linear ao longo do prazo de duração dos grupos, à medida que os serviços são prestados, independentemente do recebimento das parcelas.

NOTA 06. ADIANTAMENTO AOS GRUPOS

Refere-se a repasses de recursos financeiros aos grupos de consórcio administrados, nas seguintes situações:

a) Grupos ativos: adiantamentos destinados a suprir insuficiências de arrecadação no fundo comum dos grupos de consórcio, notadamente nos primeiros meses de sua comercialização, de forma a propiciar-lhes condições mínimas de contemplação de cotas com os respectivos créditos, e assim favorecer sua performance, resguardando sua hígidez econômico-financeira. Esses adiantamentos são resgatados pela Administradora nos meses subsequentes, antes do encerramento dos grupos, à medida que suas arrecadações se elevam.

b) Grupos encerrados: aportes realizados compulsoriamente pela Administradora, logo após a realização da última assembleia dos grupos, para cobertura de eventuais déficits de saldo financeiro para pagamento de créditos das cotas quitadas não contempladas anteriormente, e para restituição de valores pagos aos demais consorciados. Déficit no encerramento tem como razão direta o inadimplemento de valores devidos por titulares de cotas contempladas e faturadas, em volume financeiro superior ao saldo arrecadado a título de fundo de reserva, na data de encerramento dos grupos.

O resgate, pela Administradora, dos montantes aportados em grupos encerrados, se dá conforme ocorra o recebimento, de forma administrativa ou judicialmente, dos valores inadimplidos, cuja cobrança prossegue mesmo depois do encerramento dos grupos.

DESCRIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2024	(+) Aportes em 2025	(-) Resgates em 2025	SALDOS EM 31/12/2025
Adiantamentos a grupos ativos	17.886.701	3.217.543	16.114.616	4.989.628
Aportes em grupos encerrados	2.527.787	477.742	92.873	2.912.656
TOTAL	20.414.488	3.695.285	16.207.489	7.902.284

NOTA 07. COMISSÕES DIFERIDAS

Refere-se a comissões pagas a representantes e colaboradores comissionistas, diretamente relacionadas à obtenção de contratos com clientes, derivados da adesão a grupos de consórcio. São reconhecidas como ativo, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, quando se espera sua recuperação.

Esses valores são registrados como custos diferidos e apropriados ao resultado ao longo do período de reconhecimento das respectivas receitas, refletindo a prestação dos serviços relacionados aos contratos. O saldo é classificado no ativo circulante ou não circulante conforme o prazo estimado de realização e está sujeito à avaliação de recuperabilidade.

NOTA 08. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	Depreciação (ao ano)	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Instalações / benfeitorias	20%	156.249	13.463	142.786	139.663
Móveis e equipamentos de uso	10%	412.681	346.133	66.548	92.974
Equipamentos de comunicação	10%	114.485	109.713	4.772	11.056
Sistema processamento de dados	20%	220.074	213.667	6.407	16.589
Sistema de segurança	10%	19.624	19.431	193	797
Outros equipamentos	10%	139.434	134.547	4.887	16.692
TOTAL		1.062.547	836.954	225.593	277.771

NOTA 09. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sociais e previdenciários sobre folha	1.189.263	1.044.217
INSS	857.159	764.943
FGTS	332.104	279.274
Tributos a recolher	2.790.104	2.288.116
PIS	215.135	169.682
Cofins	992.873	782.321
ISS	778.713	682.365
IRRF	796.992	640.188
IRPJ	-	610.844
CSLL	-	219.854
Outros	6.391	13.560
TOTAL DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	3.979.367	4.163.031

NOTA 10. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

A provisão para férias é reconhecida com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data das demonstrações financeiras, incluindo os encargos sociais incidentes.

O valor é registrado no passivo e apropriado ao resultado ao longo do período aquisitivo, em observância ao regime de competência, refletindo a estimativa das obrigações da Companhia com férias e respectivos encargos a pagar.

NOTA 11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Pensão alimentícia	455	-
Gympass	90	-
Trib Pass	14.394	-
Empréstimo consignado	61.707	-
Depósitos não identificados	1.497	-
Valores judiciais a repassar	-	627.650
Comissão e corretagens a repassar-CPC 47	388.816	-
Comissão recursos FGTS	-	330.935
TOTAL	466.959	958.585

NOTA 12. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DIFERIDA

Em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a taxa de administração cobrada dos consorciados é reconhecida como receita ao longo do período de prestação dos

serviços de administração dos grupos de consórcio, à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Dessa forma, a parcela da taxa de administração recebida antecipadamente ou faturada antes da efetiva prestação dos serviços é registrada como receita diferida no passivo, sendo apropriada ao resultado de forma linear durante o prazo de duração dos respectivos grupos de consórcio, refletindo a prestação contínua dos serviços de gestão e administração.

NOTA 13. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, considerando experiência anterior referente a objetos e quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda.

As ações de natureza cível têm como objeto pedidos de indenização, com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como pleitos de revisão de cláusulas contratuais, restituição de parcelas pagas no consórcio antes do encerramento do grupo e eventuais pagamentos considerados indevidos pelo consorciado. Na esfera trabalhista, predominam processos individuais, movidos por ex-colaboradores, que reclamam verbas diversas.

a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis

PASSIVOS CONTINGENTES	SALDOS EM 31/12/2024	(+) Constituição (-) Reversão	SALDOS EM 31/12/2025
Cíveis	223.337	216.520	439.857
Trabalhistas	28.632	41.114	69.746
TOTAL	251.969	257.634	509.603

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (não provisionados)

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.180/2009, do Conselho Federal de Contabilidade.

Os saldos dos passivos contingentes, em perspectiva de perda possível, totalizam R\$ 5.016.906 em 31/12/2025, referente a 18 (dezoito) ações e R\$ 5.978.589 em 31/12/2024, referente a 21 (vinte e uma) ações.

NOTA 14. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em decorrência da aplicação do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita de taxa de administração é reconhecida contabilmente ao longo do prazo de duração dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados. Entretanto, para fins de apuração dos impostos, a tributação ocorre conforme os critérios previstos na legislação fiscal, podendo ocorrer em momento distinto do reconhecimento contábil da receita.

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **O Capital Social** subscrito e integralizado é de R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais), representado por 1.520.000 (um milhão, quinhentas e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente à acionista única Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., da qual a Companhia é subsidiária integral.

b) Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976.

c) Dividendos

O acionista tem direito de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração equivalente, no mínimo, a 25% do lucro líquido ajustado, mediante deliberação da assembleia geral.

d) O Lucro Líquido foi destinado conforme segue:

DESTINAÇÃO DO LUCRO E FORMAÇÃO DE RESERVA		
(+) Lucro líquido do exercício		13.699.195
(-) Ajuste de exercício anterior - CPC 47		11.461.475
(=) Base de cálculo para a reserva legal		2.237.720
(-) Reserva legal		111.886
(=) Base de cálculo para dividendos		2.125.834
(-) Dividendos 25%		531.458
(-) Reserva para aumento de capital		1.594.376
(=) Lucros acumulados		-

NOTA 16. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2024

Em decorrência da revisão dos critérios contábeis adotados na aplicação do CPC 47 - norma brasileira de contabilidade que trata do reconhecimento de receitas e despesas derivadas de contratos com clientes consorciados -, a Administração deliberou pela alteração do critério de reconhecimento da receita.

No exercício de 2024, o diferimento da receita foi realizado apenas sobre os valores recebidos antecipadamente das cotas contempladas. A partir do exercício de 2025, a Companhia passou a adotar o método denominado "controle de saldo", que consiste no diferimento integral da receita, de cotas contempladas e não contempladas, em conformidade com o entendimento revisado acerca da aplicação do referido pronunciamento contábil.

Em razão dessa alteração de prática contábil, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reapresentadas para fins de comparabilidade, com os devidos ajustes registrados retrospectivamente no Patrimônio Líquido, conforme demonstrado a seguir.

DESCRIÇÃO	SALDOS 2024	AJUSTE	SALDOS 2024 RECLASSIFICADOS
Comissões a diferir CPC 47 PJ	39.366.053	62.861	39.428.914
Comissões a diferir CPC 47 PF	7.990.602	2.998.078	10.988.680
Provisão para IRPJ diferido CPC 47	5.774.725	3.352.828	9.127.553
Provisão para CSLL diferida CPC 47	2.078.901	1.207.018	3.285.919
Provisão para PIS diferido CPC 47	(184.409)	(271.792)	(456.201)
Provisão para Cofins diferido CPC 47	(849.398)	(1.251.891)	(2.101.289)
Taxa de administração	102.992.601	16.158.246	86.834.355
Comissão prevista Res. Conjunta 120-CPC 47 PF	7.990.602	62.861	8.053.463
Comissão prevista Res. Conjunta 120-CPC 47 PJ	22.212.443	2.998.078	25.210.521
Provisão IRPJ diferido CPC 47	5.774.726	82.462	5.857.188
Provisão CSLL diferida CPC 47	2.078.902	29.686	2.108.588
Provisão diferimento PIS	184.409	271.792	456.201
Provisão diferimento Cofins	849.398	1.251.891	2.101.289

NOTA 17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTARIAS	31/12/2025	31/12/2024

(a) Do saldo da despesa com serviços de terceiros em 2025, R\$ 50.872.635 é proveniente de pagamento de comissão paga a pessoas jurídicas, pela venda de cotas de consórcio, ante R\$ 44.061.840 em 2024.

(b) As despesas com rateio estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

RATEIO DE DESPESAS	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	5.957.300	1.732.090
Encargos	1.999.114	731.548
Benefícios	3.338.750	1.064.097
Festividades de comemorações	73.417	-
Demais rateios	678.331	411.715
TOTAL	12.046.912	3.939.850

(c) As despesas abaixo estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

DESPESAS TRIBUTARIAS	31/12/2025	31/12/2024
PIS	1.845.589	1.431.771
Cofins	8.516.415	6.601.182
ISS	6.664.797	5.742.954
Outros tributos federais/estaduais/municipais	184.83	154.051
TOTAL	17.211.632	13.929.958

NOTA 18. APURAÇÃO DA CSSL E DO IRPJ

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro/prejuízo líquido antes da contribuição social	13.699.195	-	15.889.572	-
Lucro/prejuízo líquido após a contribuição social	-	13.699.195	-	15.669.717
(+) Adições	36.662.513	36.896.735	42.234.565	42.681.556
Contribuição social	-	-	-	219.854
Despesas com brindes e festividades	22.914	22.914	144.812	144.812
Participação nos lucros - Administradores	-	236.221	-	227.136
Provisões judiciais	1.829.382	1.829.382	1.316.187	1.316.187
Taxa de administração a diferir	22.363.755	22.363.755	27.334.537	27.334.537
Provisão para devedores duvidosos	437.415	437.415	5.090.860	5.090.860
Ajuste Provisão IRPJ e CSLL diferido	8.776.261	8.776.261	7.741.478	7.741.478
Outras adições	3.232.786	3.232.787	606.691	606.692
(-) Exclusões	53.204.613	53.204.613	54.634.385	54.634.385
Reversão de provisões judiciais	3.691.539	3.691.539	1.659.301	1.659.301
Diferimentos Resolução 120 CPC 47	49.513.074	49.513.074	52.975.084	52.975.084
(=) Lucro antes da compensação de prejuízos	(2.842.905)	(2.606.683)	3.489.752	3.716.888
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	1.046.925	1.115.066
(=) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	(2.842.905)	(2.606.683)	2.442.827	2.601.822
CSLL e IRPJ DEVIDOS	-	-	219.854	610.845

NOTA 19. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Honorário	470.929	454.272
Honorário suplementar	54.330	51.302
Anuênio adquirido	7.445	7.445
Encargos sociais	212.755	188.164
Plano de previdência	77.947	64.440
Participação nos lucros e resultados	236.321	227.136
TOTAL	1.059.727	992.759

b) Operações ativas e passivas com partes relacionadas

As operações com outras empresas do Grupo Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos, operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

RATEIO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	2025	2024
Operações com Rateio e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	12.046.912	3.939.850
Total das Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas	12.046.912	3.939.850
SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS		
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	1.893.359	609.315
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	320.752	-
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	392.103	250.643
Associação dos Funcionários das Empresas Bancorbrás	12.108	10.169
TOTAL DOS SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS	2.618.322	870.127

NOTA 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Plano de pensão e benefícios** - A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) **Seguro saúde** - A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2025.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO **JOSÉ CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA**
 Diretor-Presidente Diretor-Executivo
EDIVANIRA VIEIRA DINIZ
 Contadora CRC 009.619/O-5/DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 17 de março de 2026.

CONSELHO FISCAL:

CARLOS EDUARDO VIDIGAL **CIL FARNEY MACHADO DE OLIVEIRA**

ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As diretores e acionista da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**
 Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS SA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício e semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e das variações nas disponibilidades dos grupos para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS SA.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do segundo semestre de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Gestão dos grupos de consórcios, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, projeção de encerramento de grupos e aplicações financeiras.

- Adoção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente e seus reflexos contábeis, em especial na apropriação da despesa com corretagem e da receita de taxa de administração.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 26 de março de 2026.

PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES

CRC-PR nº: 5.196/O-2

CVM nº: 9458

GEOVANI GOMES ZAGOTO

Contador

CRC-PR-035.215/O-3/S/DF

